

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 09.248.229/0001-14

OLIVEIRA TRUST

ADMINISTRAÇÃO

OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

DISTRIBUIÇÃO

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

Distribuição pública de até 5.000 (cinco mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do UN5 Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando um montante de até:

R\$500.000.000,00

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/03, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03"), tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo a seus quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações, inclusive opções de compra ou de venda referenciadas em ações ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, cujo objeto social seja a produção e/ou comercialização de produtos ou serviços de qualquer natureza, incluindo companhias de propósito específico controladoras de sociedades com tal objeto social.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), a ser conduzida pela Oliveira Trust DTVM S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, na qualidade de distribuidor e instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Primeira Emissão será composta por no mínimo 70 (setenta), e no máximo 5.000 (cinco mil) Quotas com preço inicial de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão de Quotas do Fundo deliberada, por ato único do Administrador, em 05 de dezembro de 2007, tendo sido seu regulamento registrado no mesmo dia, sob n.º 1098431, alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, em 06 de março de 2008 sob o n.º 1104730 e pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, em 05 de setembro de 2008 sob o n.º 1117277, todos registrados perante 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Regulamento"). **A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 em 10 de março de 2008 sob o n.º CVM/SRE/RFP/2007/086.**

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador do Fundo mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção III deste Prospecto, nas páginas 16 a 19.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial.

“A CONCESSÃO DE REGISTRO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO, OU DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 30 de outubro de 2009

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	05
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	09
Características da Oferta	09
Negociação das Quotas.....	13
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação	13
Custos de Distribuição Pública das Quotas.....	14
Outras Informações	14
Identificação dos Auditores Independentes	15
Declaração do Administrador	15
3. FATORES DE RISCO	16
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	16
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	16
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	16
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas.....	17
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	17
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	17
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.....	17
Risco de Mercado e Fatores Macroeconômicos	17
Outros Riscos	18
4. UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	19
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	19
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento.....	19
Administração e Gestão do Fundo	19
Comitê de Investimento.....	20
Prestadores de Serviço do Fundo	21
Objetivo do Fundo.....	21
Investimentos do Fundo.....	22
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	24
Período de Liquidação dos Investimentos.....	24
Emissão de Novas Quotas	24
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	25
Condições de Amortização e Resgate das Quotas.....	28
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	29
Inadimplência dos Quotistas.....	30
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	31
Assembléia Geral de Quotistas.....	31
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses.....	31

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	32
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	34
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	36
Atendimento aos Quotistas.....	38

5. ANEXOS 39

Anexo I – Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, Aprovação da Primeira Emissão e Regulamento em vigor na data deste Prospecto	40
Anexo II – Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº. 400/03	41
.....	

1. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador e Gestor	Oliveira Trust Servicer S.A.
Capital Comprometido	Quantidade de Quotas que o subscritor se compromete a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura do boletim individual de subscrição e do Compromisso de Investimento.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
Chamada de Capital	Cada chamada aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido por eles subscritas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos.
Comitê de Investimento	Comitê de investimento do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Administrador na gestão da Carteira, selecionando e identificando as Companhias Alvo, conforme descrito no Regulamento.
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas.
Conflito de Interesses	Hipóteses de conflito de interesses, ou seja, qualquer transação (i) conforme disposto no artigo 36 da Instrução CVM n.º 391/03 ou (ii) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (iii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador, ou (iv) entre Partes Relacionadas do Administrador e Companhias Investidas.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Prazo máximo de 02 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, divulgado ao público após a obtenção do registro da Primeira Emissão na CVM,

	nos termos da regulamentação aplicável.
Data de Início	Data de início oficial das atividades do Fundo, na qual deverá ocorrer a primeira integralização de Quotas, a ser comunicada aos Quotistas, pelo Administrador, mediante aviso, por escrito, enviado com prazo de antecedência de 10 (dez) dias úteis.
Distribuidor	Oliveira Trust DTVM S.A.
Fundo	UN5 Fundo de Investimento em Participações
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, com suas alterações posteriores.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com suas alterações posteriores.
Novas Quotas	Novas quotas do Fundo que vierem a ser emitidas, além das Quotas da Primeira Emissão.
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, incluindo operações compromissadas com títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, e certificados de depósito bancário de baixo risco de crédito.
Partes Relacionadas do Administrador	(i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que represente, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas na alínea (ii) acima detenham, direta ou indiretamente, participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento); (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem, direta ou indiretamente, com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento); e (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador.
Patrimônio Comprometido	Resultado da multiplicação do somatório do Capital Comprometido do Fundo pelo Preço de Integralização das Quotas.
Patrimônio Comprometido Máximo	O patrimônio inicial máximo do Fundo formado por 5.000 (cinco mil) Quotas.
Patrimônio Comprometido Mínimo	O patrimônio inicial mínimo do Fundo formado por 70 (setenta) Quotas.
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão de

	Quotas, que será formado por, no mínimo, 70 (setenta) Quotas, e, no máximo, 5.000 (cinco mil) Quotas.
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará findo o Período de Investimento, a ser definido pelo Comitê de Investimento com observância do Prazo de vigência do Fundo, e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Administrador interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados pelo Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.
Período de Investimento	O período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Início e se estenderá até a data em que for definida pelo Comitê de Investimento, conforme comunicação por escrito a ser encaminhada aos Quotistas, pelo Administrador.
Preço de Emissão	O valor de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais).
Preço de Emissão das Novas Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas.
Preço de Integralização das Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Quotas, sendo que na primeira integralização de Quotas, será correspondente ao Preço de Emissão.
Preço de Integralização das Novas Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Novas Quotas.
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, formada por, no mínimo, 70 (setenta) Quotas, e, no máximo, 5.000 (cinco mil) Quotas.
Prospecto	Este prospecto do Fundo.
Público Alvo	O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v)

	Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.
Quotas	Única classe de quotas que representa o patrimônio do Fundo.
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ou Quotista que estiver em descumprimento de qualquer das disposições do Regulamento e do Compromisso de Investimento.
Regulamento	Regulamento consolidado do Fundo, registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 05 de dezembro de 2007, sob n.º 1098431.
Taxa de Administração	Taxa devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração e gestão ao Fundo, calculada de acordo com o Regulamento.
Valores Mobiliários	Ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações, inclusive opções de compra ou de venda referenciadas em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado.

A Oferta será conduzida pelo Administrador, sob o regime de melhores esforços, em condições que assegurem tratamento equitativo aos destinatários e aceitantes da Oferta, observado, ainda, que a Oferta poderá ser concluída mesmo mediante distribuição parcial das Quotas, observado o Patrimônio Comprometido Mínimo, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas a ser colocada no âmbito da Oferta.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03 sob o nº CVM/SRE/RFP/2007/086 em 10 de Março de 2008.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por no mínimo 70 (setenta) Quotas e no máximo 5.000 (cinco mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido, com preço inicial de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais) por Quota.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará a "Declaração de Condição de Investidor Qualificado" constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iv) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, divulgado ao público após o registro da Primeira Emissão na CVM. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador, sendo que o Fundo não entrará em funcionamento se não tiver sido realizada a colocação de Quotas da Primeira Emissão no valor correspondente ao Patrimônio Comprometido Mínimo. Na hipótese de o Fundo não entrar em funcionamento pelo fato descrito acima, as Quotas já integralizadas serão resgatadas compulsoriamente.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, observado o disposto no Regulamento.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização das Quotas, conforme Chamada de Capital que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento, aos Quotistas. Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização das Quotas deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto no Regulamento e nos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, nos termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Protocolo do pedido de registro na CVM	17 de dezembro de 2007.
Data de registro na CVM	28 de dezembro de 2007.
Início da Oferta - Publicação do anúncio de início	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início. A data tentativa para o Início de Oferta será 27 de dezembro de 2007.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, divulgado ao público após o registro da Primeira Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.

Subscrição e Integralização de Quotas

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará a "Declaração de Condição de Investidor Qualificado" constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento; e (iv) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, observado o disposto no Regulamento.

O pagamento do Preço de Integralização das Quotas deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação do Resultado da Oferta - Data máxima para publicação do anúncio de encerramento

O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo, a qual deverá ocorrer até 10 de março de 2010.

Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério do Administrador.

Na hipótese de modificação significativa das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Administrador. A manutenção da aceitação será presumida em caso de silêncio.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

2.1.9. Inadequação do Investimento

O investimento nas Quotas não é adequado para investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de ser pequena ou inexistente a negociação das Quotas no mercado secundário; e (ii) não estejam dispostos a delegar ao Comitê de Investimentos a decisão da seleção e escolha das Sociedades Investidas, bem como os Períodos de Investimento e de Desinvestimento.

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas no mercado secundário previsto acima, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo III do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas, deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

2.3. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Fundo pode requerer que a CVM autorize a modificação ou revogação da Oferta, em caso de alterações posteriores, materiais e inesperadas, nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante dos riscos a serem assumidos.

Adicionalmente, o Fundo poderá solicitar à CVM a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o seu requerimento de modificação seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta, sob as novas condições, poderá ser prorrogado em até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à sua revogação serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada nos mesmos veículos usados para divulgação do anúncio de início de distribuição de Quotas, conforme disposto no Regulamento e no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o "Aviso ao Mercado").

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Aviso ao Mercado quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens. Nesta hipótese, o Administrador presumirá que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

2.4. Custos de Distribuição Pública das Quotas

A tabela abaixo traz uma indicação dos custos relacionados à estruturação do Fundo e ao registro da Oferta:

<i>Custo da Distribuição</i>	<i>Montante (R\$)</i>	<i>% em relação ao valor total da Oferta</i>
<i>Despesas de Registro</i>	<i>82.870,00</i>	<i>0,017%</i>
<i>Publicações*</i>	<i>5.000,00</i>	<i>0,001%</i>
<i>Distribuidor</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Consultores Legais</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Total</i>	<i>87.870,00</i>	<i>0,018%</i>
<i>*Valores aproximados</i>		
<i>Custo Unitário de Distribuição</i>		
<hr/>		
<i>Preço por Quota (R\$)*</i>	<i>Custo por Quota (R\$)</i>	
<i>100.000,00</i>	<i>17,57</i>	
<i>* com base no preço de emissão na data de emissão</i>		
<hr/>		
<i>Montante Total da Oferta (R\$)</i>	<i>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</i>	
<i>500.000.000,00</i>	<i>87.870,00</i>	

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.5. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Oliveira Trust Servicer S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: ger2.fundos@oliveiratrust.com.br

Website: www.oliveiratrust.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
São Paulo – SP
Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo - SP
Website: www.cetip.com.br

2.6. Identificação dos Auditores Independentes*2.6.1. Auditores Independentes*

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
São Paulo – SP
At.: Sr. Pedro Zago
Tel.: (11) 2183-3290
Fax: (11) 2183-3001
Correio Eletrônico: pzago@kpmg.com.br
Website: www.kpmg.com.br

2.7. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora do Fundo, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto.

3. FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, de acordo com orientação nesse sentido do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos e/ou desinvestimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar de a Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto no Capítulo VII do Regulamento do Fundo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira. O disposto neste parágrafo implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em poucos ou em até um único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Risco de Mercado e Fatores Macroeconômicos

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante os mercados de capitais e financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão causar oscilações nos valores dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos que compõem a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos

Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos riscos aqui descritos.

As ações do Governo Federal exercem influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, aliada à conjuntura política brasileira, pode impactar de forma relevante as atividades das Companhias Investidas e, conseqüentemente, o Fundo.

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, com freqüência implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. As atividades, situação financeira e resultados operacionais das Companhias Investidas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Taxas de juros;
- Política monetária;
- Flutuações cambiais;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- Política fiscal.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos, podendo afetar negativamente a carteira do Fundo e resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações.

3.9. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O UN5 Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Início do Fundo, podendo ser prorrogado mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004.

Somente podem adquirir as Quotas do Fundo, os investidores considerados como qualificados nos termos da Instrução CVM 409, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) Fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores imobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na, com

sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade reg nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região, em 25 de maio de 1993, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro.

Respeitados os limites estabelecidos no Regulamento, o Administrador terá poderes para praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo e à gestão da Carteira, bem como exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele, de eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembleias de acionistas das Companhias Investidas, sejam ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento, conforme o caso. O Administrador, em nenhum momento, será responsável pela indicação de qualquer dos membros dos órgãos de administração das Companhias Investidas.

4.3.2. Renúncia e destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar às suas funções, mediante comunicado por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata este parágrafo.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções (i) por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral; ou (ii) na hipótese de descredenciamento por decisão da CVM, nos termos da regulamentação em vigor.

4.4. Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, que terá por função principal auxiliar e orientar o Administrador na gestão da Carteira, conforme descrito no Regulamento. O Comitê de Investimento será formado por membros escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Administrador e dos Quotistas.

O procedimento de eleição dos membros do Comitê de Investimento, as matérias de competência do Comitê de Investimento, bem como o quorum de instalação e de aprovação para cada uma das matérias, encontram-se definidos no Capítulo V do Regulamento.

4.5. Prestadores de Serviço do Fundo

4.5.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, a escrituração das Quotas e a prestação dos serviços de tesouraria do Fundo serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco ITAU S/A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 12º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.5.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

4.6. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações, inclusive opções de compra ou de venda referenciadas em ações ("Valores Mobiliários") de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhias abertas perante a CVM, cujo objeto social seja a produção e/ou comercialização de produtos ou serviços de qualquer natureza, incluindo companhias de propósito específico controladoras de sociedades com tal objeto social, e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no Regulamento ("Companhias Alvo"). As Companhias Alvo que efetivamente receberem aporte de recursos pelo Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto, serão denominadas "Companhias Investidas".

Sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto, os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente pela indicação, pelo Comitê de Investimentos após aprovação dos Quotistas em Assembléia Geral, de membros nos respectivos conselhos de administração ou diretorias.

A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão de cada Companhia Investida.

4.7. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas, processos licitatórios e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fundo somente poderá realizar investimentos em companhias que observem as seguintes regras e mantenham as seguintes práticas de governança corporativa:

- (i) à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Alvo, se houver;
- (iii) auditoria anual das demonstrações financeiras realizada por auditores independentes registrados na CVM;
- (iv) proibição do desenvolvimento de atividades de industrialização e/ou comercialização de (a) armas de qualquer porte e para qualquer finalidade, e/ou (b) cigarros ou produtos similares, em ambos os casos cuja receita proveniente destas atividades represente percentual superior a 5% (cinco por cento) da receita total da Companhia Alvo no ano imediatamente anterior ao investimento pelo Fundo;
- (v) adoção de boas práticas de gestão de recursos humanos, de maneira a desenvolver da melhor forma possível o seu capital humano; e
- (vi) não utilização, em nenhuma hipótese, de trabalho infantil.

4.7.1. A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e/ou
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, incluindo operações

compromissadas com títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, e certificados de depósito bancário de baixo risco de crédito.

Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo em realizar investimentos em Valores Mobiliários, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) e (v) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do patrimônio do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento;
- (v) o Fundo poderá investir 100% (cem por cento) do Patrimônio Comprometido do Fundo em Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida.

Caso os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido prazo ou (ii) a restituição dos valores integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Fundo e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos das ações das Companhias Investidas, que componham a Carteira, a critério do Comitê de Investimento, poderão ser distribuídos aos Quotistas, a partir da data em que forem recebidos pelo Fundo, sendo que os Quotistas

deverão ser comunicados pelo Administrador acerca de tal decisão até 2 (dois) dias úteis antes da data de pagamento.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, notadamente através de opções de compra e/ou de venda referenciadas em ações das Companhias Investidas, e somente após manifestação do Comitê de Investimento.

4.8. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um período inicial de investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Início e se estenderá até a data em que for definida pelo Comitê de Investimento, conforme comunicação por escrito a ser encaminhada aos Quotistas, pelo Administrador. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Administrador entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, e desde que com a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante decisão do Comitê de Investimento.

4.9. Período de Liquidação dos Investimentos

Findo o Período de Investimento, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições do Regulamento.

4.10. Emissão de novas Quotas

Emissões de Novas Quotas somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação do Comitê de Investimento e da Assembléia Geral de Quotistas.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão será o valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no artigo 16 do Regulamento, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas.

Eventuais Novas Quotas serão integralizadas pelo Preço de Integralização das Novas Quotas, que será o valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá

ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Novas Quotas.

Na hipótese de emissões de Novas Quotas, deverão ser celebrados novos Compromissos de Investimento, sendo que a emissão e a subscrição deverão ser feitas pelo valor do Capital Comprometido para o novo investimento, observado que os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

4.11. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.11.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e pertencem a uma única classe, sendo que todas terão forma nominativa, serão escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização e de resgate em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

A propriedade das Quotas do Fundo será evidenciada pelo correspondente registro do nome do Quotista no livro de registro de Quotistas do Fundo ou na conta de depósito de Quotas aberta em nome do Quotista, conforme o caso.

4.11.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no mínimo, 70 (setenta) Quotas, e, no máximo, 5.000 (cinco mil) Quotas.

O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$100.000,00 (cem mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante de, no mínimo, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) e de, no máximo, R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

4.11.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.11.4. Direito de Voto

Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas.

4.11.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, podendo tal prazo ser prorrogado na hipótese de anuência da CVM.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará a "Declaração de Condição de Investidor Qualificado" constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (iii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, mediante assinatura, no mesmo ato, do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iv) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador, sendo que o Fundo não entrará em funcionamento se não tiver sido realizada a colocação de Quotas da Primeira Emissão no valor correspondente ao Patrimônio Comprometido Mínimo. Na hipótese de o Fundo não entrar em funcionamento pelo fato descrito acima, as Quotas já integralizadas serão resgatadas compulsoriamente.

4.11.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

4.11.7. Integralização das Quotas da Primeira Emissão

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas, pelo Preço de Integralização das Quotas, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento, aos Quotistas, observados os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a

integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização das Quotas deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável, com exceção do disposto abaixo.

O valor total da primeira integralização de Quotas a ser efetuada por todos os Quotistas do Fundo representará no mínimo 10% (dez por cento) do montante total das Quotas subscritas por cada Quotista e deverá ser realizada na Data de Início, nos termos dos Compromissos de Investimento.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos parágrafos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.11.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas no mercado secundário previsto no Parágrafo acima, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo III do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo, por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

4.12. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo serão amortizadas de acordo com cronogramas de amortização elaborados pelo Administrador, conforme aprovado pelo Comitê de Investimento. Inicialmente, o Administrador não realizará amortizações de Quotas do Fundo antes do encerramento do Fundo e qualquer proposta de amortização deverá ser submetida ao Comitê de investimento, observado o disposto no Regulamento.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados, em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido

condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

Salvo no caso do resgate compulsório de que trata o Regulamento, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.13. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como das instituições contratadas para a prestação dos serviços de custódia e depósito dos ativos integrantes da Carteira.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) as ações sem cotação de mercado serão avaliadas: (i) pelo valor de aquisição; ou (ii) pelo valor de aquisição ajustado a valor patrimonial; (iii) pelo valor econômico-financeiro, a ser determinado por empresa independente especializada; ou (iv) pelo valor de aquisição atualizado pela forma de correção prevista em opção de venda que venha a ser adquirida tendo como ativo subjacente ações de companhias fechadas integrantes da carteira do Fundo;

(b) as ações com cotação de mercado serão avaliadas pela média ponderada das 20 (vinte) últimas cotações médias em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado, ou das 3 (três) últimas, a que for menor;

(c) debêntures serão avaliadas de acordo com as taxas de juros e condições previstas na escritura do seu lançamento; e

(d) títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos que compuserem a carteira.

A Carteira do Fundo observará os demais requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor e pelo Regulamento.

No caso de aquisição, pelo Fundo, de opções de venda cujo ativo subjacente seja ações de companhias fechadas integrantes da Carteira, tais investimentos serão necessariamente avaliados diariamente de acordo com os critérios acima.

Os dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros rendimentos distribuídos pelas Companhias Investidas poderão ser pagos aos Quotistas a partir da data em que forem recebidos pelo Fundo, sendo que os Quotistas deverão ser comunicados pelo Administrador acerca de tal decisão até 2 (dois) dias úteis antes da data de pagamento.

4.14. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos, (como, por exemplo, voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas em emissões primárias e/ou em negociações realizadas no mercado secundário) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto.

Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo, conforme disposto no Regulamento, em período em que um Quotista esteja sendo considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a

dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

4.15. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento e com as normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador e do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância às normas operacionais estabelecidas pela CVM que são aplicáveis ao Fundo.

Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, conforme disposto no Regulamento, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) alienação de todos os Valores Mobiliários antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que determine a liquidação; e/ou
- (iii) nos demais casos previstos no Regulamento e na legislação aplicável.

4.16. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos no Capítulo VI do Regulamento.

4.17. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

A Assembléia Geral de Quotistas deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial.

Qualquer transação (i) conforme disposto no artigo 36 da Instrução CVM n.º 391/03 ou (ii) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (iii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador, ou (iv) entre Partes Relacionadas do Administrador e a Companhia Investida será considerada uma hipótese de Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

Serão consideradas Partes Relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o Regulamento:

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente;
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador.

Não poderá(ao) votar na Assembléia Geral de Quotistas, o(s) Quotista(s) que esteja(m) em quaisquer das situações de Conflito de Interesse previstas acima. Na hipótese prevista neste parágrafo, o *quorum* necessário para instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser apurado desconsiderando-se referido(s) Quotista(s). Esta restrição aplica-se apenas às matérias da ordem do dia que envolvam Conflito de Interesses.

4.18. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar, principalmente a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar em suas decisões quanto à permanência no Fundo ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição de Quotas, desde que não sejam informações sigilosas referentes à Companhia Investida que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita mediante aviso, por escrito, aos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação por meio do Sistema de Envio de Documentos, nos termos do Ofício Circular CVM/SER/1069/2006, de 16 de maio de 2006.

O periódico a ser utilizado para publicações referentes ao Fundo, tais como os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas, é o jornal Monitor Mercantil, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Administrador do Fundo deverá remeter à CVM e, se for o caso, aos Quotistas, sem prejuízo de outras informações que venham a ser exigidas, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
 - (b) número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - (d) o nome do custodiante do Fundo;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.19. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.19.1. Taxa de Administração

Pela prestação dos serviços de administração e gestão ao Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração, calculadas de acordo com o disposto nos parágrafos abaixo. A Taxa de Administração será provisionada diariamente, sendo que a primeira parcela será paga ao Administrador no último dia útil do mês da Data de Início e as demais no último dia útil dos meses subsequentes.

A Taxa de Administração corresponderá a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o patrimônio líquido apurado no penúltimo dia útil de cada mês, devida a primeira no último dia útil do mês da Data de Início e as demais no último dia útil dos meses subsequentes.

A taxa de administração prevista acima terá o piso de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais para até 2 (duas) sociedades investidas, acrescido de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais para cada investida adicional à segunda ("Remuneração Adicional").

Para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$300,00 (trezentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas".

Os valores previstos nos parágrafos acima e no parágrafo abaixo serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir de 01 de dezembro de 2007 e serão acrescidos dos impostos incidentes sobre a remuneração do Administrador (ISS/PIS/COFINS/IRRF/CSLL).

A Taxa de Administração será ainda acrescida mensalmente do maior entre os seguintes valores (i) um mínimo mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); e (ii) a fração de 1/12 (um doze avos) do valor apurado pela aplicação do percentual da tabela abaixo. Incidindo sobre o patrimônio líquido consolidado do Fundo no dia útil imediatamente anterior

<i>Faixas</i>	<i>Patrimônio (em R\$ MM) Consolidado De – até</i>	<i>Percentagem Anual sobre o Patrimônio dos Fundo</i>
1	Até 50	0,0720
2	Acima de 50 até 100	0,0575
3	Acima de 100 até 200	0,0550
4	Acima de 200 até 300	0,0525

4.19.2. Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) custos e despesas necessários para a constituição e registro do Fundo na CVM e custos referentes ao registro da Primeira Emissão e das Quotas na CVM e do registro das Quotas em sistema de negociação de Quotas;
- (ii) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (iii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (iv) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (v) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e resultados do Fundo;
- (vi) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;
- (vii) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (viii) honorários e despesas do auditor independente encarregado da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (ix) honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e de seus ativos e participações nas Companhias Investidas, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (x) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- (xi) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (xii) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, quando aplicável, e à realização de Assembléia Geral de Quotistas, sem limitação; e

- (xiii) despesas relativas à viabilização ou otimização dos investimentos do Fundo, não relacionadas expressamente nos incisos anteriores, desde que aprovadas previamente pelo Comitê de Investimento.

Quaisquer despesas e custos necessários para as operações e atividades do Fundo, não relacionados expressamente acima, correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.20. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.20.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Quando necessárias, as conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, decorrentes do investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação, tais como, principalmente: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo, na hipótese permitida pelo Regulamento; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados, em regra, pelo Imposto de Renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Para certas operações, este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nesses casos, os ganhos auferidos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

4.20.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

4.21. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Administrador:

Oliveira Trust Servicer S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

At.: Alexandre Lodi de Oliveira

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: ger2.fundos@oliveiratrust.com.br

Website: www.oliveiratrust.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

**Cópia do Instrumento de Constituição do Fundo, Aprovação da Primeira Emissão e
Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto**

109843105-12-07

6ºRTD-RJ - 1098431

Emol:132,63/Distrib:10,30/Lei 111/08:7,14
 Mútua/ACOTERJ:7,82 / FETJ:28,69
 Lei 4.864/06:7,14 / Tot Emol.: 183,62
 PARÂM: Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 33
 Proc. Estr.: N / Averb: N / Dillo:



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório nº 6696, de 21 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2002, Seção I, página 11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"),

RESOLVE:

- 1) Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, com suas alterações posteriores ("Instrução CVM n.º 391/03"), em regime de condomínio fechado, que será denominado "**UN5 Fundo de Investimento em Participações**" ("Fundo");
- 2) Aprovar o Regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição; e
- 3) Nomear o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade reg nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região, em 25 de maio de 1993, inscrito no CPF sob o nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor do Administrador, para representação do Fundo perante a CVM.

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim assina-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2007.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Alexandre Lodi de Oliveira
Precedor

Testemunhas:

1.

Paula Perazzi Ferreira

Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**

RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**

CPF: **095.449.827-40**

2.

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**

RG: **CPF: 098.887.377-82**

CPF: **12.857.135-3**

6ºRTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
 Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
 REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
 A MARGEM, O QUE CERTINCO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
 CTPS nº 26.122/024 - RJ

☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
 CTPS nº 25276/015 - RN

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
 CTPS nº 7324128-001 - RJ





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

1104730 06-03-08

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório nº 6696, de 21 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2002, Seção I, página 11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **UN5 Fundo de Investimento em Participações** ("Fundo"), constituído em 05 de dezembro de 2007 e com seu Regulamento registrado na mesma data, sob o nº. 1098431, junto ao 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO QUE:

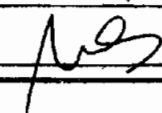
- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-3/Nº 166/2008, de 28 de janeiro de 2008;
- (ii) O regulamento do fundo pode ser alterado independentemente de assembléia geral ou de consulta aos cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, conforme previsto no Parágrafo Único do Art. 10 do Regulamento do Fundo e no §1º do Art.15 da Instrução CVM nº 391/03.
- (iii) Até a presente data não ocorreu qualquer distribuição das Quotas do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

1. Alteração da definição de "Período de Investimento", no Artigo 1º do Capítulo I;
2. Inserção do Parágrafo Quinto ao Artigo 7º do Capítulo V;
3. Alteração da redação do inciso (ii) e inserção de nova redação ao inciso (iii), com a conseqüente renumeração dos itens seguintes, do Parágrafo Quarto do Art. 8º do Capítulo V;

AVERBADO ao registro n.º 1098431 do Livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 06/03/08

Oficial  1

4. Inserção dos itens (xxi) e (xxii) ao Art. 10 do Capítulo VI;
5. Alteração do Parágrafo Único do Art. 14 do Capítulo VI;
6. Alteração da redação do Art. 17 e do Art. 18 do Capítulo IX;

110473006-03-08

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim assina-se o presente instrumento em 1 (uma), na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
Procurador

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome:
RG:
Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.440.027-40

2. Maria Eunice Motta M. Def. Mello
Nome:
RG:
MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO
CPF: 080.887.377-32
IFP: 12.857.135-3

6.º RTD Rua Buenos Aires 56-4.º Andar - Centro - RJ
Tels: (21) 2349-7574 (atendimento) e (21) 2349-7575 (atendimento)
FUND. TRAD. DE INVEST. SOB O Nº E DATA DE CRIAÇÃO
ANEXO 1 - NOME DO ATIVO

☐ Rômulo André dos Santos - Oficial

☐ Paulo César André dos Santos - 1.º Substituto
CTPS nº 26.12.002-30

☒ Marco André de A.S. Santos - 2.º Substituto
CTPS nº 20578-015-AN

☐ Cléia de Azeiteiro - 3.º Substituto
CTPS nº 20578-015-AN



ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CELEBRADO EM 05/03/2008.

111727705-09-08



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO
DO
UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório nº 6696, de 21 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2002, Seção I, página 11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **UN5 Fundo de Investimento em Participações** ("Fundo"), constituído em 05 de dezembro de 2007 e com seu Regulamento registrado na mesma data, sob o nº. 1098431 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 06 de março de 2008 sob o nº. 1104730, ambos junto ao 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Até o presente momento foram distribuídas 350 (trezentas e cinquenta) Quotas das 5.000 (cinco mil) Quotas do Fundo;
- (ii) Em Assembléia Geral de Quotistas realizada nesta data, os quotistas em conjunto com o Administrador deliberaram por unanimidade aprovar a alteração da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

1. Alteração da definição de "Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão", no Artigo 1º do Capítulo I;
2. Alteração da redação do Art. 30 do Capítulo XIII; e,
3. Alteração da redação do Art. 33 do Capítulo XIII.



ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CELEBRADO EM 05/09/2008.

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Os termos e expressões iniciados em letras maiúsculas não definidos neste documento terão o significado expresso no Regulamento.

Sendo assim assina-se o presente instrumento em 1 (uma), na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

Testemunhas:

1. Aline TAVARES DA SILVA
Nome: ALINE TAVARES DA SILVA
RG: Detran/RJ:020.621.272-2
CPF: 101.900.787-74

2. Aline de A. Hamond
Nome: Aline de Araujo Hamond
RG: CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARCÉM, O QUE CERTIFICO.

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122/024 - RJ
☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3º Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ



AVERBADO ao registro n.º 1.104.730 do
livro protocolo feito neste 6º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.
RJ, 05/09/08
Oficial _____

1127243 27-02-09



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO
DO
UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório nº 6696, de 21 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2002, Seção I, página 11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **UN5 Fundo de Investimento em Participações** ("Fundo"), constituído em 05 de dezembro de 2007 e com seu Regulamento registrado na mesma data, sob o nº. 1098431 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 06 de março de 2008 sob o nº.1104730 e pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 05 de setembro de 2008, sob o nº 1117277, todos junto ao 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro,

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Até o presente momento foram distribuídas 300 (trezentas) Quotas das 5.000 (cinco mil) Quotas do Fundo;
- (ii) Em Assembléia Geral de Quotistas realizada em 19 de fevereiro de 2009, os quotistas deliberaram por unanimidade aprovar a alteração da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro deste instrumento no Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

1. Alteração da definição de "Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão", no Artigo 1º do Capítulo I; e,
2. Alteração da redação do Art. 30 do Capítulo XIII.

ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CELEBRADO EM 26/02/2009.

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Os termos e expressões iniciados em letras maiúsculas não definidos neste documento terão o significado expresso no Regulamento.

Sendo assim assina-se o presente instrumento em 1 (uma) via, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2009.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

Testemunhas:

1. Fernanda Camilo
Nome:
RG: **Fernanda Barbosa Camilo**
CPF: 109.685.857-71
RG: 11484800-5
2. Aline de A. Hamond
Nome:
RG: **Aline de Araujo Hamond**
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

1127243 27-02-09

6º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6td-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala

☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto
CTPS nº 26.122.024 - RJ

☐ Marco André de S. Santos - 2º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RJ

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta
CTPS nº 7324/28-001 - RJ



AVERBADO ao registro nº 1117273 do
livro protocolo feito neste 6.º **Ofício de Registro**
de Títulos e Documentos - RJ.
Dou fé.

RJ, 27/02/2009

Oficial _____



INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira através do Ato Declaratório nº 6696, de 21 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 26 de fevereiro de 2002, Seção I, página 11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **UN5 Fundo de Investimento em Participações** ("Fundo"), constituído em 05 de dezembro de 2007 e com seu Regulamento registrado na mesma data, sob o nº. 1098431 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 06 de março de 2008 sob o nº.1104730, pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 05 de setembro de 2008, sob o nº 1117277, e pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração registrado em 27 de fevereiro de 2009, sob o nº 1127243, todos junto ao 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) Em Assembléia Geral de Quotistas realizada em 06 de Outubro de 2009, o único cotista representante da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo deliberou por aprovar a alteração da Instituição Administradora OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("ADMINISTRADOR) pela OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A ("NOVO ADMINISTRADOR").

RESOLVE o Administrador firmar o presente Instrumento Particular de Quarta Alteração do Regulamento do Fundo, ficando alterados o seguinte item do Regulamento do Fundo:

1. Alteração do Artigo 7º do Regulamento, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 7º - Administrador. O Fundo será administrado e gerido pela Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.150.453/0001-20, ("Administrador")."

ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, CELEBRADO EM 09 DE OUTUBRO DE 2009.

Esta deliberação, com o Regulamento do Fundo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim assina-se o presente instrumento em 1 (uma) via, na presença de 2 (duas) testemunhas.

AVERBADO ao registro n.º 1127243 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 09/10/09

Oficial [assinatura]

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2009.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

(Administrador)

OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

(Novo Administrador)

Cesar Reinaldo Leal Pinto
Diretor

Testemunhas:

6.º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4.º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS
A MARGEM, O QUE CERTIFICO

- ☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala
- ☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS nº 26.122.024 - RJ
- ☐ Marco André de A.S. Santos - 2.º Substituto
CTPS nº 25276/015 - RN
- ☒ Cleia de Araujo Barreto - 3.º Substituta
CTPS nº 7324128-001 - RJ

1. Fernanda Camilo

2. Aline de A. Hamond

Fernanda Barbosa Camilo
CPF: 109.665.857-11
RG: 11484800-5

Aline de Araujo Hamond
CPF: 116.576.577-28
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ



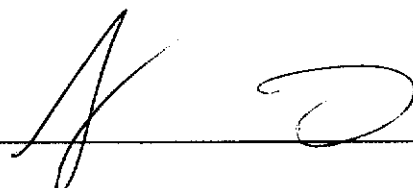
1147700 09-10-09

**REGULAMENTO DO
UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'A' or similar character.A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'D' or similar character.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES.....	3
CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E	7
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	7
CAPÍTULO III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO.....	8
CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO	8
CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO E DA ESTRUTURA DE.....	9
GOVERNANÇA CORPORATIVA DO FUNDO	9
CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	15
E SUAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES	15
CAPÍTULO VII - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE	
INVESTIMENTOS DO FUNDO E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS.....	18
AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO.....	18
CAPÍTULO VIII – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CARTEIRA.....	20
DE INVESTIMENTOS DO FUNDO.....	20
CAPÍTULO IX - DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A	20
FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO	20
CAPÍTULO X - DO PERÍODO DE LIQUIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	21
CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.....	21
CAPÍTULO XII – DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
EM VALORES MOBILIÁRIOS E DO FUNDO	21
CAPÍTULO XIII – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS	
CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO,	22
INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS	22
CAPÍTULO XIV – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	28
CAPÍTULO XV - DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	29
CAPÍTULO XVI - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	30
CAPÍTULO XVII - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO.....	30
CAPÍTULO XVIII - SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES	32
CAPÍTULO XIX – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	32
CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	33


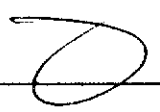


CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

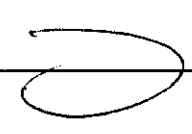
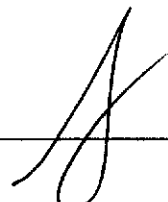
Artigo 1º – Definições. Para fins do disposto no presente Regulamento, as expressões indicadas em letra maiúscula terão os respectivos significados a elas atribuídos a seguir:

Administrador	Oliveira Trust Servicer S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Capital Comprometido	Quantidade de Quotas que o subscritor se compromete a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, por meio de assinatura do boletim individual de subscrição e do Compromisso de Investimento.
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos.
Chamada de Capital	Cada chamada aos Quotistas para aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido por eles subscritas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o Fundo (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos.
Comitê de Investimento	Comitê de investimento do Fundo, que terá por função principal auxiliar e orientar o Administrador na gestão da Carteira, conforme descrito neste Regulamento.
Companhias Alvo	As Companhias que atendam aos requisitos descritos neste Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas	As Companhias Alvo que efetivamente recebam aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento	"Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada Quotista na data de subscrição de suas Quotas.

Conflito de Interesses	Hipóteses de conflito de interesses, ou seja, qualquer transação (i) conforme disposto no artigo 36 da Instrução CVM n.º 391/03 ou (ii) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (iii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador, ou (iv) entre Partes Relacionadas do Administrador e Companhias Investidas.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão	Prazo máximo de 02 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Quotas, divulgado ao público após a obtenção do registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.
Data de Início	Data de início oficial das atividades do Fundo, na qual deverá ocorrer a primeira integralização de Quotas, a ser comunicada aos Quotistas, pelo Administrador, mediante aviso, por escrito, enviado com prazo de antecedência de 10 (dez) dias úteis.
Fundo	UN5 Fundo de Investimento em Participações
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, com suas alterações posteriores.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com suas alterações posteriores.
Novas Quotas	Novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão.
Outros Ativos	Quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, incluindo operações compromissadas com títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, e certificados de depósito bancário de baixo risco de crédito.
Partes Relacionadas do Administrador	(i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que

	represente, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente, direta ou indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas na alínea (ii) acima detenham, direta ou indiretamente, participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento); (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem, direta ou indiretamente, com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento); e (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador.
Patrimônio Comprometido	Resultado da multiplicação do somatório do Capital Comprometido do Fundo pelo Preço de Integralização das Quotas.
Patrimônio Comprometido Máximo	O patrimônio inicial máximo do Fundo formado por 5.000 (cinco mil) Quotas.
Patrimônio Comprometido Mínimo	O patrimônio inicial mínimo do Fundo formado por 70 (setenta) Quotas.
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas, que será formado por, no mínimo, 70 (setenta) Quotas, e, no máximo, 5.000 (cinco mil) Quotas.
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará findo o Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Administrador interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível.
Período de Investimento	O período inicial de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Início e se estenderá pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, mediante



	proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.
Preço de Emissão	O valor de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Preço de Emissão das Novas Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas.
Preço de Integralização das Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Quotas, sendo que na primeira integralização de Quotas, será correspondente ao Preço de Emissão.
Preço de Integralização das Novas Quotas	Valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Novas Quotas.
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, formada por, no mínimo, 70 Quotas e no máximo 5.000 Quotas.
Prospecto	O prospecto do Fundo.
Quotas	Única classe de quotas que representa o patrimônio do Fundo.
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
Quotista Inadimplente	Quotista que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento, ou Quotista que estiver em descumprimento de

	qualquer das disposições deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.
Regulamento	Este regulamento do Fundo.
Taxa de Administração	Taxa devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração e gestão ao Fundo, calculada de acordo com este Regulamento.
Valores Mobiliários	Ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações, inclusive opções de compra ou de venda referenciadas em ações de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas.

CAPÍTULO II – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

Artigo 2º – Denominação. O UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – Início das Atividades. O Fundo estará efetivamente formado e poderá iniciar suas atividades quando ocorrer a adesão de Quotistas, mediante celebração de Compromissos de Investimento, por meio dos quais os Quotistas se comprometerão a subscrever Quotas em quantidade suficiente, quando somadas, para formar o Patrimônio Comprometido Mínimo.

Parágrafo Segundo – Notificação sobre o Início das Atividades. A data de início oficial das atividades do Fundo, na qual deverá ocorrer a primeira integralização das Quotas subscritas, será comunicada aos Quotistas pelo Administrador, mediante aviso, por escrito, enviado nos termos deste Regulamento, com prazo de antecedência de 10 (dez) dias úteis ("Data de Início").

Parágrafo Terceiro – Prazo de Duração. O Fundo terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados da Data de Início, podendo ser prorrogado, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

Parágrafo Quarto – Patrimônio do Fundo. O patrimônio do Fundo será representado por uma única classe de quotas ("Quotas").



Capítulo III – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO

Artigo 3º – Público Alvo. O Fundo é destinado exclusivamente à participação de investidores qualificados, assim classificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

Parágrafo Único – Aplicação Inicial. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo por investidor, inclusive em decorrência da aquisição de Quotas no mercado secundário, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que não existirá valor mínimo de manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

CAPÍTULO IV – DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Artigo 4º – Objetivo. O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, mediante a aquisição de ações, debêntures ou bônus de subscrição conversíveis ou permutáveis em ações, e/ou outros títulos e valores mobiliários que estejam previstos na legislação em vigor e que sejam conversíveis ou permutáveis em ações, inclusive opções de compra ou de venda referenciadas em ações ("Valores Mobiliários") de emissão de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, cujo objeto social seja a produção e/ou comercialização de produtos ou serviços de qualquer natureza, incluindo companhias de propósito específico controladoras de sociedades com tal objeto social (doravante designadas simplesmente "Companhias Alvo").

Artigo 5º - Política de Investimento. A avaliação de investimento em Valores Mobiliários das Companhias Alvo será realizada pelo Administrador, devidamente instruído pelo Comitê de Investimento.

Parágrafo Primeiro – Companhias Alvo. Adicionalmente aos requisitos descritos no artigo 4º acima, cada Companhia Alvo somente poderá ser alvo de investimento pelo Fundo caso, à época do investimento inicial por parte do Fundo, se comprometa a adotar cumulativamente os seguintes requisitos e/ou as seguintes práticas de governança corporativa, conforme o caso:

- (i) à época da realização de investimentos pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) disponibilização de informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Alvo, se houver;
- (iii) auditoria anual das demonstrações financeiras realizada por auditores independentes registrados na CVM;
- (iv) proibição do desenvolvimento de atividades de industrialização e/ou comercialização de (a) armas de qualquer porte e para qualquer finalidade, e/ou (b) cigarros ou produtos similares, em ambos os casos cuja receita proveniente destas atividades represente percentual superior a 5% (cinco por cento) da receita total da Companhia Alvo no ano imediatamente anterior ao investimento pelo Fundo;

- (v) adoção de boas práticas de gestão de recursos humanos, de maneira a desenvolver da melhor forma possível o seu capital humano; e
- (vi) não utilização, em nenhuma hipótese, de trabalho infantil.

Parágrafo Segundo – Companhias Investidas. As Companhias Alvo que efetivamente receberem aporte de recursos pelo Fundo, nos termos deste Regulamento, serão denominadas "Companhias Investidas".

Parágrafo Terceiro – Processo Decisório das Companhias Investidas. Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão possibilitar a participação do Fundo no processo decisório das Companhias Investidas, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente pela indicação, pelo Comitê de Investimentos, de membros para os respectivos conselhos de administração, conselhos fiscais e/ou diretorias, sem prejuízo das demais disposições contidas no parágrafo quarto abaixo.

Parágrafo Quarto – Formas de Participação no Processo Decisório das Companhias Investidas. A participação do Fundo no processo decisório de cada Companhia Investida poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) detenção de ações que integrem o bloco de controle da Companhia Investida, (ii) celebração de acordo de acionistas ou acordos de investimento, ou, ainda, (iii) celebração de contratos de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Companhia Investida.

Parágrafo Quinto – Alteração da Política de Investimento. A política de investimento de que trata este artigo e seus parágrafos poderá ser alterada, em casos excepcionais e para investimentos específicos, inclusive para possibilitar o investimento em outros tipos de sociedades, conforme venha a ser permitido pela legislação aplicável, mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento e de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas emitidas e em circulação.

CAPÍTULO V – DA ADMINISTRAÇÃO E DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DO FUNDO

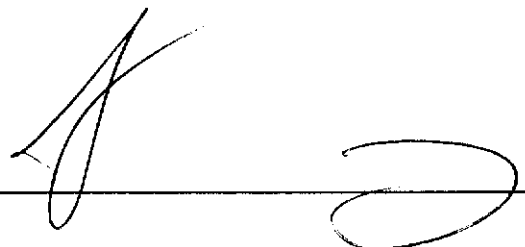
Artigo 6º – Gestão. O Fundo será administrado e gerido pelo Administrador e terá 1 (um) comitê de investimento ("Comitê de Investimento"), que terá por função principal auxiliar e orientar o Administrador na gestão da Carteira, conforme descrito neste Regulamento. As funções e responsabilidades do Administrador e do Comitê de Investimento, bem como as regras de operação e atuação do Comitê de Investimento seguem descritas neste Capítulo V.

Artigo 7º – Administrador. O Fundo será administrado e gerido pela **Oliveira Trust Servicer S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.150.453/0001-20, ("Administrador").

Parágrafo Primeiro – Poderes do Administrador. Respeitados os limites estabelecidos neste Regulamento, o Administrador terá poderes para praticar todos e quaisquer atos que se façam necessários à administração e operacionalização do Fundo e à gestão da Carteira do Fundo, bem como exercer todos os direitos inerentes aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive o de representar o Fundo em juízo e fora dele. O Administrador poderá ainda, desde que instruído pelo Comitê de Investimentos, eleger membros para cargos de administração das Companhias Investidas, comparecer e votar em assembléias de acionistas das Companhias Investidas, sejam ordinárias ou extraordinárias, e em reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento e quaisquer outros ajustes ou contratos relacionados às Companhias Investidas, aos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos do Fundo, conforme o caso. O Administrador, em nenhum momento, será responsável pela indicação de qualquer dos membros dos órgãos de administração das Companhias Investidas.

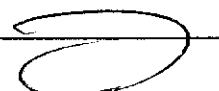
Parágrafo Segundo – Atribuições do Administrador. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei e das demais disposições deste Regulamento, caberá ao Administrador:

- (i) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - a. o registro de Quotistas e de transferência de Quotas do Fundo;
 - b. o livro de atas das Assembléias Gerais de Quotistas;
 - c. o livro de presença de Quotistas;
 - d. os pareceres do auditor independente;
 - e. os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - f. a documentação relativa às operações do Fundo.
- (ii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;
- (iii) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, quando for o caso, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo;
- (iv) empregar, na defesa dos direitos do Quotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, tomando inclusive as medidas judiciais cabíveis;
- (v) exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo;
- (vi) custear, às suas expensas, as despesas com propaganda do Fundo, se necessárias;



- (vii) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar, em decorrência de sua condição de Administrador do Fundo;
- (viii) quando aplicável, em razão de sua natureza, manter os Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados, registrados e/ou em conta de depósito diretamente centralizados em uma única entidade de custódia, autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- (ix) pagar, às suas expensas, as eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão do atraso do cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM n.º 391/03;
- (x) elaborar, semestralmente, as demonstrações contábeis do Fundo, assim como elaborar, pareceres a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM n.º 391/03, e deste Regulamento;
- (xi) manter serviço de atendimento aos Quotistas, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações;
- (xii) observar e fazer cumprir as disposições constantes deste Regulamento;
- (xiii) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento;
- (xiv) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (xv) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, estudos e análise de investimento, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Quotistas e reunião do Comitê de Investimento, conforme o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; e
- (xvi) fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, se assim o requererem, atualizações periódicas dos estudos e análise de investimento, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento.

Parágrafo Terceiro – Renúncia do Administrador. O Administrador poderá renunciar às suas funções, mediante comunicação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para eleger seu substituto, a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da comunicação de que trata este parágrafo.



Parágrafo Quarto – Destituição do Administrador. O Administrador poderá ser destituído de suas funções (i) por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral; ou (ii) na hipótese de descredenciamento por decisão da CVM, nos termos da regulamentação em vigor.

Parágrafo Quinto – Destituição do Administrador em Assembléia Geral – A destituição do Administrador em Assembléia Geral deverá observar o quorum de deliberação previsto no Parágrafo Único do Artigo 14, bem como os seguintes procedimentos:

- (i) Os Quotistas titulares de, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Quotas em circulação poderão solicitar a substituição do Administrador. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar ao Administrador, correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos relacionados ao Fundo. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Quotas não poderá ser superior em 10% (dez por cento) ao valor da Taxa de Administração;
- (ii) O Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembléia Geral referida na alínea (a) acima ou por prazo inferior, caso seja deliberado pelos Quotistas sua destituição. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição que vier a substituí-la assuma efetivamente todos os deveres e obrigações do Administrador e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais documentos relacionados ao Fundo; e
- (iii) O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da realização da respectiva Assembléia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido na alínea (b) acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer de seus agentes, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador.

Artigo 8º – Comitê de Investimento. O Comitê de Investimento será formado por membros escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do Administrador e dos Quotistas. As decisões do Comitê de Investimento relativas às matérias elencadas no Parágrafo Quarto deste artigo serão necessariamente executadas pelo Administrador, conforme o caso, observado o disposto neste Capítulo V do Regulamento.



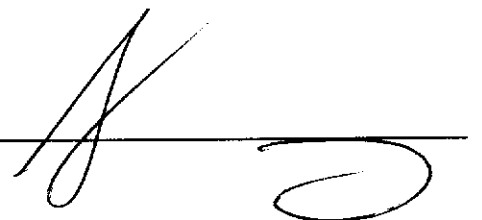
Parágrafo Primeiro – Mandato dos Membros do Comitê de Investimento. Os membros do Comitê de Investimento terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os membros do Comitê de Investimento poderão, ainda, renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer tempo.

Parágrafo Segundo – Eleição dos Membros do Comitê de Investimento. Os membros e respectivos suplentes do Comitê de Investimento serão eleitos por Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no parágrafo terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro – Composição do Comitê de Investimento. Competirá à primeira Assembléia Geral de Quotistas do Fundo deliberar sobre a composição do Comitê de Investimento, exclusivamente no que diz respeito ao número máximo de membros e respectivos suplentes que serão eleitos pelos Quotistas do Fundo, observado o quorum estabelecido no artigo 14 deste Regulamento.

Parágrafo Quarto – Atribuições do Comitê de Investimento. São atribuições do Comitê de Investimento:

- (i) discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- (ii) deliberar sobre projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo inclusive investimentos a serem realizados fora do Período de Investimento;
- (iii) deliberar sobre proposta de prorrogação do Período de Investimento;
- (iv) eleger os membros para os cargos de administração das Companhias Investidas;
- (v) estabelecer os critérios que devem ser atendidos pelas companhias que possuam registro de companhia aberta na CVM e ações negociadas na BOVESPA, com relação aos padrões de governança corporativa que as mesmas devem respeitar, conforme descrito no parágrafo primeiro, do artigo 5º, para que possam ser alvo de investimento do Fundo;
- (vi) discutir e deliberar sobre as formas de participação do Fundo na administração das Companhias Investidas;
- (vii) deliberar sobre as propostas submetidas pelo Administrador acerca das datas em que os Quotistas deverão aportar recursos no Fundo, mediante integralização das Quotas subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (viii) deliberar sobre o esquema de amortização, remuneração e resgate das Quotas, observado o disposto no artigo 39 abaixo, conforme sugerido pelo Administrador;
- (ix) acompanhar o desempenho das Companhias Investidas, do Administrador e do Fundo;
- (x) deliberar sobre a emissão de Novas Quotas do Fundo, após a Primeira Emissão,



mediante apresentação de proposta do Administrador;

- (xi) deliberar sobre a celebração pelo Fundo, de contratos de prestação de serviços com terceiros, cujo valor da remuneração não exceda a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- (xii) deliberar sobre a avaliação da Companhia Alvo, caso a mesma tenha perdido substancialmente seus atrativos de investimento; e
- (xiii) instruir previamente o Administrador no que diz respeito às decisões a serem adotadas em assembléias de acionistas das Companhias Investidas, sejam ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, bem como no exercício do direito de ação, na negociação de estatutos sociais e contratos sociais das Companhias Investidas e eventuais alterações, assim como na negociação de contratos de compra e venda de Valores Mobiliários, acordos de acionistas e/ou acordos de investimento.

Parágrafo Quinto – Periodicidade e Convocação da Reunião do Comitê de Investimento. Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão: (i) ordinariamente, uma vez ao ano, em período a ser estabelecido na primeira reunião do Comitê de Investimento, inclusive, mas não se limitando, para debater o desempenho das Companhias Investidas, e (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, enviada pelo Administrador com no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência para cada membro, a pedido de qualquer dos demais membros do Comitê de Investimento ou do próprio Administrador. A convocação escrita será dispensada quando todos os membros do Comitê de Investimento estiverem presentes à reunião.

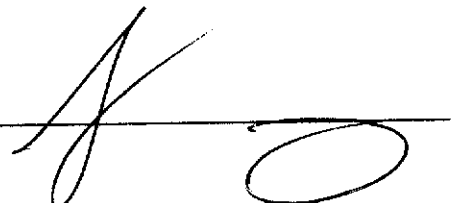
Parágrafo Sexto – Quorum de Instalação da Reunião do Comitê de Investimento. As reuniões do Comitê de Investimento somente serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros eleitos.

Parágrafo Sétimo – Presença na Reunião do Comitê de Investimento. O Comitê de Investimento poderá reunir-se pessoalmente ou através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante que permita a todos os participantes da reunião se ouvirem, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios.

Parágrafo Oitavo – Quorum de Deliberação do Comitê de Investimento. As decisões do Comitê de Investimento serão tomadas, como regra geral, em primeira convocação, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros e, em segunda convocação, pelo voto da maioria dos membros presentes à reunião, observado que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

Parágrafo Nono – Execução das Decisões do Comitê de Investimento. As decisões do Comitê de Investimento do Fundo serão necessariamente executadas pelo Administrador e deverão sempre estar de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Décimo – Atas das Reuniões do Comitê de Investimento. Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, assinadas pelos membros nelas presentes, das quais serão extraídas cópias, a pedido do Administrador, de qualquer Quotista e/ou



membro do Comitê de Investimento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Conflitos de Interesse. Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, ficando tais membros impedidos de votar em tal hipótese. Serão considerados automaticamente em conflito de interesses os membros que detenham participação societária superior a 5% (cinco por cento) em Companhias Alvo que, de alguma forma, estejam relacionadas à matéria sob deliberação do Comitê de Investimento.

Artigo 9º – Remuneração dos Membros do Comitê de Investimento. Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS E SUAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

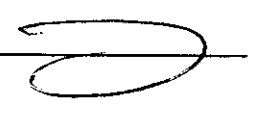
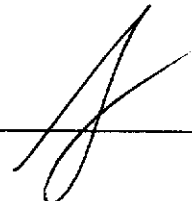
Artigo 10 – Competência. Observado o disposto nos artigos 11 a 14 abaixo, é de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento e/ou das atividades e operações do Fundo:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento (sendo que as deliberações referidas nos incisos abaixo e que acarretem em alteração deste Regulamento estarão sujeitas aos respectivos quoruns de aprovação relacionados às matérias específicas de tais incisos, conforme abaixo definido);
- (iii) deliberar sobre alterações dos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (iv) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador, bem como sobre a escolha de seu substituto;
- (v) deliberar sobre o aumento da Taxa de Administração;
- (vi) eleger os membros do Comitê de Investimento, na forma descrita no parágrafo segundo e no parágrafo terceiro do artigo 8º acima;
- (vii) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (viii) deliberar sobre a criação, instalação, composição, organização e funcionamento de eventuais comitês e conselhos do Fundo, além do Comitê de Investimento previsto no Capítulo V deste Regulamento;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações sobre as Companhias Investidas ao Administrador, na forma prevista nos incisos (xv) e

- (xvi) do parágrafo segundo do artigo 7º acima, observado o disposto no artigo 14, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 391/03, e neste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata o artigo 49 deste Regulamento;
 - (xi) deliberar sobre o custeio pelo Fundo de despesas extraordinárias incorridas pelo Fundo não previstas no Capítulo XV deste Regulamento;
 - (xii) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas, observado o disposto no artigo 39 abaixo;
 - (xiii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
 - (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o inciso (i), do parágrafo primeiro, do artigo 15 deste Regulamento;
 - (xv) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
 - (xvi) deliberar sobre a alteração da política de investimento do Fundo;
 - (xvii) deliberar sobre a substituição do auditor independente do Fundo;
 - (xviii) deliberar sobre a forma de avaliação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, inclusive na hipótese de entrega aos quotistas dos referidos ativos, por ocasião da liquidação do Fundo;
 - (xix) deliberar sobre assuntos referentes a governança corporativa do Fundo;
 - (xx) deliberar sobre a celebração pelo Fundo, de contratos de prestação de serviços com terceiros, cujo valor da remuneração exceda a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
 - (xxi) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo fora do Período de Investimento; e
 - (xxii) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento.

Parágrafo Único – Alteração do Regulamento em Atendimento a Exigências Legais. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de decisão tomada pela Assembleia Geral de Quotistas, sempre que tal alteração decorrer (i) exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM; ou (ii) em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação, por correspondência, aos Quotistas.

Artigo 11 – Convocação da Assembleia Geral de Quotistas. A convocação da Assembleia Geral de Quotistas far-se-á mediante correspondência enviada a cada um dos



Quotistas ou, alternativamente, por qualquer outro meio que permita a respectiva confirmação de recebimento pelo mesmo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a respectiva convocação conter obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a descrição dos assuntos a serem discutidos e votados. A segunda convocação para a Assembléia Geral de Quotistas poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

Parágrafo Primeiro – Autoridade para Convocação. A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo Administrador ou por Quotistas, ou grupo de Quotistas, que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

Parágrafo Segundo – Comparecimento de todos os Quotistas. Independentemente da convocação prevista no artigo 11 acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

Parágrafo Terceiro - Local da Assembléia Geral de Quotistas. As Assembléias Gerais de Quotistas serão realizadas na sede do Administrador ou, na impossibilidade de serem realizadas na sede do Administrador, em lugar a ser previamente indicado pelo Administrador na carta de convocação.

Artigo 12 – Registro de Quotistas como Condição para Votar. Somente poderão votar na Assembléia Geral de Quotistas os Quotistas que estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo até 3 (três) dias antes da data fixada para a sua realização e, cumulativamente, estiverem em dia com todas as obrigações perante o Fundo. O direito de voto será assegurado a qualquer Quotista que atenda aos requisitos acima descritos.

Artigo 13 – Legitimidade para Comparecer à Assembléia Geral de Quotistas. Terão legitimidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo que, no caso destes últimos, deverão ter sido legalmente constituídos há menos de 2 (dois) dias da data em que se realizar a Assembléia Geral em que pretenda comparecer.

Artigo 14 – Quorum de Deliberação da Assembléia Geral de Quotistas. As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, em primeira convocação, e a maioria das Quotas de titularidade dos Quotistas presentes, em segunda convocação.

Parágrafo Único – Quorum Qualificado de Deliberação da Assembléia Geral de Quotistas. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas referente às matérias indicadas nos incisos (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xx), (xxi) e (xxii) do *caput* do artigo 10 serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Quotas em circulação.

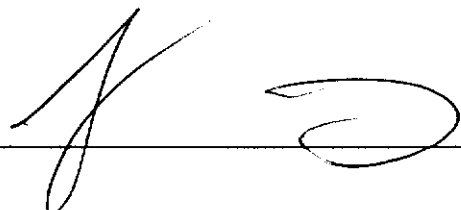
**CAPÍTULO VII - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE
INVESTIMENTOS DO FUNDO E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS
AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO**

Artigo 15 – Composição da Carteira. A carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será composta por:

- (i) Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas; e/ou
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, incluindo operações compromissadas com títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil, e certificados de depósito bancário de baixo risco de crédito ("Outros Ativos").

Parágrafo Primeiro – Formação da Carteira. Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas, processos licitatórios e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM. Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito no Capítulo IV deste Regulamento, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto nos incisos (iv) e (v) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, (a) deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;



- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do patrimônio do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento; e
- (v) o Fundo poderá investir 100% (cem por cento) do Patrimônio Comprometido do Fundo em Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida.

Parágrafo Segundo – Prazo para Investimento Programado em Valores Mobiliários. Caso os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) do Parágrafo Primeiro acima, o Administrador deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do referido prazo; ou (ii) a restituição dos valores integralizados pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Fundo e que não tenham se concretizado por qualquer razão.

Parágrafo Terceiro – Riscos Inerentes à Carteira. Não obstante os cuidados a serem empregados pelo Administrador na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento, os investimentos do Fundo, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos às variações de mercado, a riscos inerentes aos emitentes dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira e aos riscos de crédito, de modo geral, não podendo o Administrador e/ou os membros do Comitê de Investimento, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos sofridos pelos Quotistas do Fundo. Ainda, o Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e/ou poderá realizar investimentos em Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto neste Capítulo VII, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste parágrafo implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em poucos ou até em único emissor e em risco de pouca liquidez para o Fundo, o que poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira. **O prospecto do Fundo ("Prospecto") descreve outros riscos aos quais os Quotistas estarão sujeitos em decorrência de seus investimentos no Fundo.**

Parágrafo Quarto – Direitos Oriundos dos Ativos da Carteira. Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, rendimentos e quaisquer outros direitos oriundos das ações das Companhias Investidas, que componham a Carteira, a critério do Comitê de Investimento, poderão ser distribuídos aos Quotistas, a partir da data em que forem recebidos pelo Fundo, sendo que os Quotistas deverão ser comunicados pelo Administrador acerca de tal decisão até 2 (dois) dias úteis antes da data de pagamento.

Parágrafo Quinto – Operações com Derivativos. O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, notadamente através de opções de compra e/ou de venda referenciadas em ações das Companhias Investidas, e somente após manifestação do Comitê de Investimento.



CAPÍTULO VIII – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO

Artigo 16 – O patrimônio líquido do Fundo é constituído pela soma (i) do disponível, (ii) do valor da Carteira e (iii) dos valores a receber, deduzidas de tal soma as exigibilidades.

Parágrafo Primeiro – A avaliação das Quotas do Fundo será feita diariamente pelo Administrador, por meio das metodologias que o Administrador entender mais adequadas, incluindo, mas não se limitando, as seguintes: (a) as ações sem cotação de mercado serão avaliadas: (i) pelo valor de aquisição; ou (ii) pelo valor de aquisição ajustado a valor patrimonial; (iii) pelo valor econômico-financeiro, a ser determinado por empresa independente especializada; ou (iv) pelo valor de aquisição atualizado pela forma de correção prevista em opção de venda que venha a ser adquirida tendo como ativo subjacente ações de companhias fechadas integrantes da carteira do Fundo; (b) as ações com cotação de mercado serão avaliadas pela média ponderada das 20 (vinte) últimas cotações médias em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado, ou das 3 (três) últimas, a que for menor; (c) debêntures serão avaliadas de acordo com as taxas de juros e condições previstas na escritura do seu lançamento; e (d) títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos que compuserem a carteira.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto neste Regulamento, a Carteira do Fundo observará os demais requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor.

Parágrafo Terceiro – No caso de aquisição, pelo Fundo, de opções de venda cujo ativo subjacente seja ações de companhias fechadas integrantes da carteira do Fundo, tais investimentos serão necessariamente avaliados diariamente de acordo com o item (iv) (a) do Parágrafo Primeiro deste artigo.

Parágrafo Quarto – A critério do Comitê de Investimento, os dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros rendimentos distribuídos pelas Companhias Investidas poderão ser pagos aos Quotistas a partir da data em que forem recebidos pelo Fundo, sendo que os Quotistas deverão ser comunicados pelo Administrador acerca de tal decisão até 2 (dois) dias úteis antes da data de pagamento.

CAPÍTULO IX - DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

Artigo 17 – Período de Investimento. O Fundo terá um período inicial de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimento"), que se iniciará na Data de Início e se estenderá pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo. A liquidação dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será realizada durante o Período de Desinvestimento, mas, caso o Comitê de Investimento entenda ser no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas, e desde que com a aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, o Fundo poderá proceder à venda de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do término do Período de Investimento.



Artigo 18 – Investimentos Realizados Fora do Período de Investimento.

Investimentos em Valores Mobiliários poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimento, mediante proposta do Comitê de Investimento e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo.

Artigo 19 – Desinvestimento em Valores Mobiliários durante o Período de Investimento.

Se algum desinvestimento for efetuado durante o Período de Investimento do Fundo, a totalidade da receita auferida com referido desinvestimento, após a dedução dos encargos do Fundo, caso haja, será necessariamente alocado de acordo com decisão a ser tomada pela Assembléia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO X - DO PERÍODO DE LIQUIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Artigo 20 – Período de Desinvestimento. Findo o Período de Investimento, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento elaborados em conjunto com o Comitê de Investimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo e de acordo com os termos e condições deste Regulamento ("Período de Desinvestimento").

CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

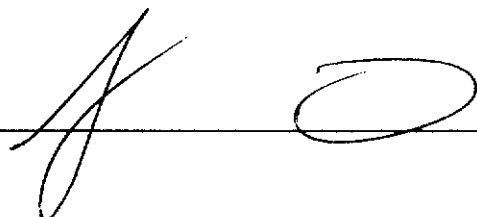
Artigo 21 – Distribuição de Resultados por meio de Amortização e Resgate de Quotas. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente, mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, exceto nas hipóteses de resgate compulsório estabelecidas neste Regulamento, na data de liquidação do Fundo, observado o disposto neste Capítulo XI e no Capítulo XIII abaixo.

CAPÍTULO XII – DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM VALORES MOBILIÁRIOS E DO FUNDO

Artigo 22 – Liquidação dos Investimentos do Fundo. A liquidação dos investimentos do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento e com as normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador e do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou, ainda, por meio de transações privadas; ou
- (ii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega aos Quotistas dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no artigo 36.

Parágrafo Único – Comunicação à CVM sobre a Liquidação do Fundo. Após o pagamento do resgate total das Quotas do Fundo, observado o disposto no artigo 39



abaixo, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

Artigo 23 – Forma de Liquidação dos Ativos do Fundo. O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) alienação de todos os Valores Mobiliários antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que determine a liquidação; e/ou
- (iii) nos demais casos previstos neste Regulamento e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XIII – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 24 – Características das Quotas. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e pertencem a uma única classe, sendo que todas terão forma nominativa, serão escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

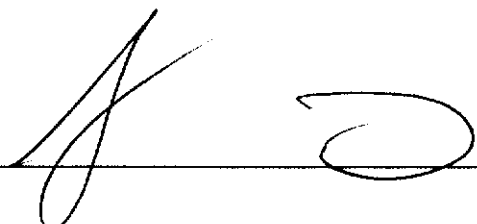
Artigo 25 – Registro de Quotas. A propriedade das Quotas do Fundo será evidenciada pelo correspondente registro do nome do Quotista no livro de registro de Quotistas do Fundo ou na conta de depósito de Quotas aberta em nome do Quotista, conforme o caso.

Artigo 26 – Direitos Patrimoniais relativos às Quotas. Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização e de resgate em iguais condições, observado o disposto neste Regulamento.

Artigo 27 – Cálculo do Valor das Quotas. As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

Artigo 28 – Direitos de Voto. Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas.

Artigo 29 – Patrimônio Inicial. O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por, no mínimo, 70 (setenta) Quotas. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), (o valor de emissão de cada Quota representativa do Patrimônio Inicial, o "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante de, no mínimo, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) ("Patrimônio Comprometido Mínimo").



Parágrafo Primeiro – Preço de Integralização das Quotas da Primeira Emissão após a subscrição inicial. Na hipótese de integralização de Quotas, após a subscrição inicial, o preço de integralização será o valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Quotas (“Preço de Integralização das Quotas”).


Artigo 30 – Subscrição das Quotas Representativas do Patrimônio Inicial. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 02 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição, divulgado ao público, nos termos do Parágrafo Segundo do artigo 46, quando obtido o registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável (“Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão”), podendo tal prazo ser alterado na forma deste Regulamento.

Parágrafo Único – Cancelamento de Quotas Não Subscritas. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador, sendo que o Fundo não entrará em funcionamento se não tiver sido realizada a colocação de Quotas da Primeira Emissão no valor correspondente ao Patrimônio Comprometido Mínimo. Na hipótese de o Fundo não entrar em funcionamento pelo fato descrito acima, as Quotas já integralizadas serão resgatadas compulsoriamente.

Artigo 31 – Registro de Distribuição Pública na CVM. Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos e limites da regulamentação aplicável vigente.

Artigo 32 – Forma de Subscrição. No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial e/ou no ato de subscrição de eventuais Novas Quotas, o subscritor (i) assinará a “Declaração de Condição de Investidor Qualificado” constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04; (ii) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, onde se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas (“Capital Comprometido”), mediante assinatura, no mesmo ato, do “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas” (“Compromisso de Investimento”), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

Artigo 33 – Integralização das Quotas Representativas do Patrimônio Inicial. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável, com exceção do disposto no parágrafo único abaixo.



Parágrafo Único – Primeira Integralização das Quotas da Primeira Emissão. O valor total da primeira integralização de Quotas a ser efetuada por todos os Quotistas do Fundo representará no mínimo 10% (dez por cento) do montante total das Quotas subscritas por cada Quotista e deverá ser realizada na Data de Início, nos termos dos Compromissos de Investimento. A integralização de que trata este Parágrafo Único será devida de forma proporcional por cada um dos Quotistas do Fundo.

Artigo 34 – Forma de Integralização. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização das Quotas, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento, aos Quotistas, observados os procedimentos descritos abaixo.

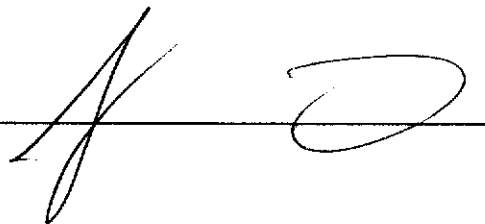
Parágrafo Primeiro – Chamada de Capital. Na medida em que o Administrador, de acordo com orientação do Comitê de Investimento, (i) identifique necessidades de investimento em Valores Mobiliários, ou (ii) identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo ("Chamada de Capital"). Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador, de acordo com orientação e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Investimento e nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

Parágrafo Segundo – Forma de Pagamento. O pagamento do Preço de Integralização das Quotas deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro – O procedimento disposto no *caput* acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Parágrafo Quarto – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto nos parágrafos acima e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos dos artigos acima e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no artigo 35 abaixo.

Artigo 35 – Inadimplência dos Quotistas. Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do parágrafo quarto do artigo 34 acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos, como, por exemplo, voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a



aquisição de Quotas em emissões primárias e/ou em negociações realizadas no mercado secundário, até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

Parágrafo Único – Pagamento de Débito do Quotista Inadimplente. Se o Fundo realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja sendo considerado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate, observado o disposto no artigo 39 abaixo, devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas, observado o disposto no artigo 39 abaixo.

Artigo 36 – Emissão de Novas Quotas. Emissões de novas quotas do Fundo, além das Quotas da Primeira Emissão ("Novas Quotas") somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação do Comitê de Investimento e da Assembléia Geral de Quotistas.

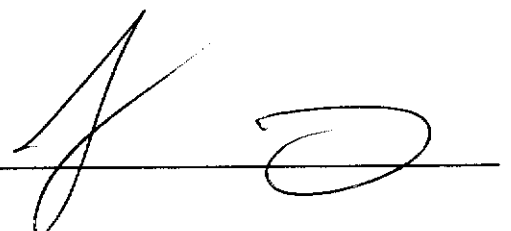
Parágrafo Primeiro – Preço de Emissão das Novas Quotas. Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão será o valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas, ("Preço de Emissão das Novas Quotas").

Parágrafo Segundo – Integralização de Novas Quotas. Eventuais Novas Quotas serão integralizadas pelo preço de integralização das Novas Quotas, que será o valor do patrimônio líquido atualizado do Fundo, conforme critério de apuração definido no Artigo 16, que deverá ser ratificado pelo Comitê de Investimento, dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data de cada integralização de Novas Quotas ("Preço de Integralização das Novas Quotas").

Parágrafo Terceiro – Direito de Preferência. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do patrimônio do Fundo.

Parágrafo Quarto – Da celebração de novos Compromissos de Investimento. Na hipótese de emissão de Novas Quotas, deverão ser celebrados novos Compromissos de Investimento, sendo que a emissão e a subscrição deverão ser feitas pelo valor do Capital Comprometido para o novo investimento, observado o direito de preferência previsto no Parágrafo Terceiro acima.

Artigo 37 – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas. As Quotas do Fundo serão amortizadas de acordo com cronogramas de amortização elaborados pelo Administrador, conforme aprovado pelo Comitê de Investimento. Inicialmente, o Administrador não realizará amortizações de Quotas do Fundo antes do encerramento do



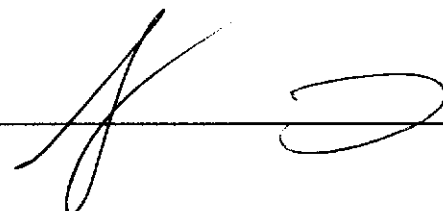
Fundo e qualquer proposta de amortização deverá ser submetida ao Comitê de Investimento.

Parágrafo Primeiro – Valor das Quotas para fins de Amortização. Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Parágrafo Segundo – Forma de Pagamento de Amortização. Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia que seja feriado nacional, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

Parágrafo Terceiro – Entrega de Valores Mobiliários para Pagamento de Amortização de Quotas. Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado o Administrador a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do artigo 1.323, da



Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima; e

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maior quantidade de Quotas do Fundo em circulação e integralizadas.

Artigo 38 – Resgate de Quotas. Salvo no caso do resgate compulsório de que trata o parágrafo terceiro do artigo 39 abaixo, as Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

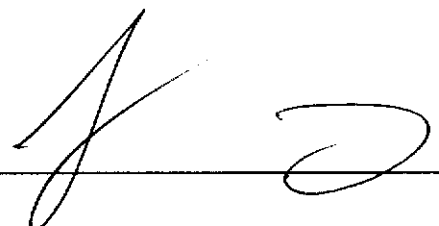
Artigo 39 – Registro de Negociação das Quotas. As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Parágrafo Primeiro – Comprovação da Condição de Investidor Qualificado dos Novos Quotistas. Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas no mercado secundário previsto no caput deste artigo, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por exigir a comprovação da qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, incluindo, mas não se limitado, a “Declaração de Condição de Investidor Qualificado” constante do Anexo I da Instrução CVM n.º 409/04, de forma a cumprir com o disposto no Capítulo III deste Regulamento. Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com todos os requisitos descritos neste Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão ou sob pena de resgate compulsório de suas Quotas, a critério exclusivo do Administrador.

Parágrafo Segundo – Direito de Preferência. Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas, quando os procedimentos descritos nos Compromissos de Investimento deverão ser observados.

Parágrafo Terceiro – Resgate Compulsório. O Administrador poderá providenciar o resgate compulsório de Quotas que tenham sido adquiridas por investidor ou Quotista do Fundo em desacordo com os procedimentos descritos neste Regulamento e nos Compromissos de Investimento.

Parágrafo Quarto – Nulidade da Operação de Compra e Venda de Quotas. Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser



investidor do Fundo, nos termos da Capítulo III deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CAPÍTULO XIV – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 40 – Remuneração. Pela prestação dos serviços de administração e gestão ao Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração ("Taxa de Administração") calculada de acordo com o disposto nos parágrafos abaixo. A Taxa de Administração será provisionada diariamente, sendo que a primeira parcela será paga ao Administrador no último dia útil do mês da Data de Início e as demais no último dia útil dos meses subsequentes.

Parágrafo Primeiro – Cálculo da Taxa de Administração. A Taxa de Administração corresponderá a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o patrimônio líquido apurado no penúltimo dia útil de cada mês, devida a primeira no último dia útil do mês da Data de Início e as demais no último dia útil dos meses subsequentes;

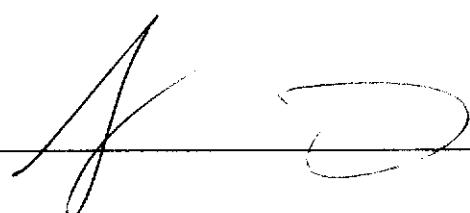
Parágrafo Segundo - A taxa de administração prevista no Parágrafo Primeiro acima terá o piso de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais para até 2 (duas) sociedades investidas, acrescido de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais para cada investida adicional à segunda ("Remuneração Adicional");

Parágrafo Terceiro - Para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Administrador, de "relatório de horas";

Parágrafo Quarto - Os valores previstos nos Parágrafos Primeiro, Segundo e Quinto deste Artigo 41 serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGPM a partir de 01 de dezembro de 2007 e serão acrescidos dos impostos incidentes sobre a remuneração do Administrador (ISS/PIS/COFINS/IRRF/CSLL);

Parágrafo Quinto – A Taxa de Administração será ainda acrescida mensalmente do maior entre os seguintes valores (i) um mínimo mensal de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); e (ii) a fração de 1/12 (um doze avos) do valor apurado pela aplicação do percentual da tabela abaixo. Incidindo sobre o patrimônio líquido consolidado do Fundo no dia útil imediatamente anterior:

Faixas	Patrimônio (em R\$ MM) Consolidado De – até	Percentagem Anual sobre o Patrimônio dos Fundo
1	Até 50	0,0720
2	Acima de 50 até 100	0,0575
3	Acima de 100 até 200	0,0550
4	Acima de 200 até 300	0,0525



CAPÍTULO XV - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 41 – Encargos do Fundo. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) custos e despesas necessários para a constituição e registro do Fundo na CVM e custos referentes ao registro da Primeira Emissão e das Quotas na CVM e do registro das Quotas em sistema de negociação de Quotas;
- (ii) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (iii) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (iv) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (v) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos, obrigações e resultados do Fundo;
- (vi) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos;
- (vii) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (viii) honorários e despesas do auditor independente encarregado da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (ix) honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo e de seus ativos e participações nas Companhias Investidas, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (x) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou dolo do Administrador no exercício de suas funções;
- (xi) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (xii) quaisquer despesas inerentes à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, quando aplicável, e à realização de Assembléia Geral de Quotistas, sem limitação; e
- (xiii) despesas relativas à viabilização ou otimização dos investimentos do Fundo, não relacionadas expressamente nos incisos anteriores, desde que aprovadas previamente pelo Comitê de Investimento.

Parágrafo Primeiro – Outras Despesas. Quaisquer despesas e custos necessários para as operações e atividades do Fundo, não relacionados expressamente nos incisos do *caput* deste artigo, correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Segundo – Despesas Iniciais. Os gastos a que se refere o inciso (i) do *caput* deste artigo poderão ser arcados pelo Administrador, devendo ser reembolsados pelo Fundo ao Administrador, mediante apresentação dos comprovantes de despesas ao Fundo, tão logo o Fundo disponha de recursos financeiros disponíveis. O Administrador deverá informar aos Quotistas, de forma clara e por escrito, os valores reembolsados pelo Fundo ao Administrador nos termos deste parágrafo.

Parágrafo Terceiro – Pagamento Direto aos Prestadores de Serviços Subcontratados pelo Administrador. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CAPÍTULO XVI - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 42 – Escrituração Contábil. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como das instituições contratadas para a prestação dos serviços de custódia e depósito dos ativos integrantes da Carteira do Fundo.

Artigo 43 – Normas Aplicáveis. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

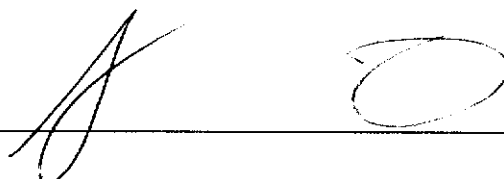
Artigo 44 – Exercício Social. O exercício social do Fundo será equivalente ao ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 45 – Auditoria. As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XVII - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

Artigo 46 – Divulgação de Fatos Relevantes. O Administrador deverá divulgar, principalmente a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar em suas decisões quanto à permanência no Fundo ou, no caso de outros investidores, quanto à aquisição de Quotas, desde que não sejam informações sigilosas referentes à Companhia Investida que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da Companhia Investida.

Parágrafo Primeiro – Veículo de Publicação de Informações. A divulgação de informações de que trata o *caput* deste artigo será feita mediante aviso, por escrito, aos Quotistas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à



CVM na mesma data de sua divulgação por meio do Sistema de Envio de Documentos, nos termos do Ofício Circular CVM/SER/1069/2006, de 16 de maio de 2006.

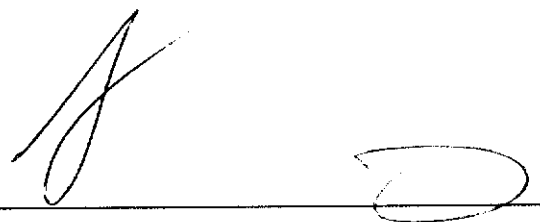
Parágrafo Segundo – Periódico de Divulgação. O periódico a ser utilizado para publicações referentes ao Fundo, tais como os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas, é o jornal **Monitor Mercantil**, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Artigo 47 – Informações Periódicas. O Administrador do Fundo deverá remeter à CVM e, se for o caso, aos Quotistas, sem prejuízo de outras informações que venham a ser exigidas, as seguintes informações:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
 - (b) número de Quotas emitidas;
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
 - (d) o nome do custodiante do Fundo;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

Parágrafo Primeiro – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

Parágrafo Segundo – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.



CAPÍTULO XVIII - SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

Artigo 48 – Análise de Conflito de Interesses. A Assembléia Geral de Quotistas deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar ou rejeitar operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial ("Conflito de Interesses").

Artigo 49 – Operações envolvendo Conflito de Interesses. Qualquer transação (i) conforme disposto no artigo 36 da Instrução CVM n.º 391/03 ou (ii) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (iii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador, ou (iv) entre Partes Relacionadas do Administrador e a Companhia Investida será considerada uma hipótese de Conflito de Interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

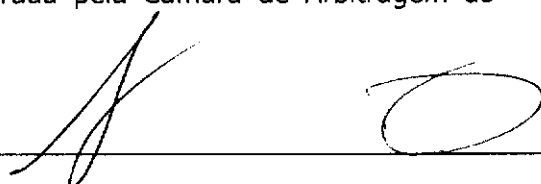
Parágrafo Primeiro – Partes Relacionadas ao Administrador. Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata este Regulamento ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente;
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (v) membros dos comitês e conselhos criados pelo Fundo que tenham sido nomeados pelo Administrador.

Parágrafo Segundo – Restrição ao Voto nas Assembléia Geral de Quotistas. Não poderá(ao) votar na Assembléia Geral de Quotistas, o(s) Quotista(s) que esteja(m) em quaisquer das situações de Conflito de Interesse previstas no *caput* desse artigo. Na hipótese prevista neste parágrafo, o *quorum* necessário para instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas deverá ser apurado desconsiderando-se referido(s) Quotista(s). A restrição prevista neste artigo aplica-se apenas às matérias da ordem do dia que envolvam Conflito de Interesses.

CAPÍTULO XIX – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 50 - Arbitragem. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do



Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").

Parágrafo Primeiro – Tribunal Arbitral e Local da Arbitragem. A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

Parágrafo Segundo – Idioma e Lei Aplicável. Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

Parágrafo Terceiro – Rateio de Honorários, Custas e Despesas. Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

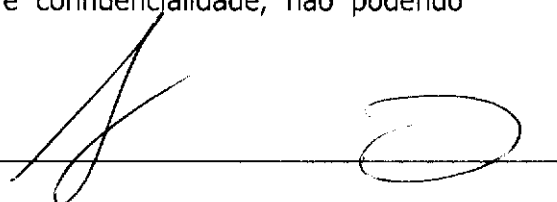
Parágrafo Quarto – Medida Cautelar e Foro Competente. Em face desta cláusula compromissória, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 51 – Comunicação. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas e/ou o Administrador e o Comitê de Investimento, desde que o correio eletrônico seja enviado com confirmação de recebimento e leitura pelo respectivo destinatário.

Artigo 52 – Taxa de Ingresso e Saída. O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas, observado o disposto no artigo 38 acima.

Artigo 53 – Confidencialidade. Os Quotistas do Fundo e os membros do Comitê de Investimento deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e pelo Comitê de Investimento, conforme o caso, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo

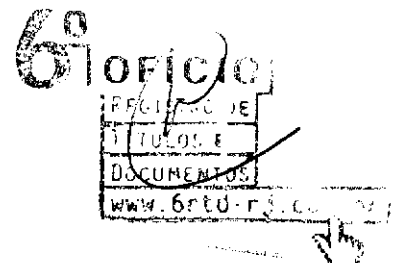


revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Comitê de Investimento, (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação ou (iii) até que tais informações sejam tornadas públicas pelo Administrador no curso das atividades do Fundo.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2009


OLIVEIRA TRUST SERVICER S/A
Cesar Reinaldo Leal Pinto **ADMINISTRADOR**
Diretor

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor



ANEXO II AO PROSPECTO

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR

OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de instituição administradora do **UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos do art. 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que: (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da distribuição pública da primeira emissão de quotas do Fundo ("Oferta") e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2009.

 
OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A. **Alexandre Lourenço de Oliveira**
Administrador do **PROCURADOR**

Alexandre Costa de Freitas
Diretor

UN5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES